

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.

Referente aos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019, e 31 de dezembro de 2019, e relatórios dos auditores independentes.



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	4
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020.....	7
BALANÇO PATRIMONIAL	
Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019.....	12
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	
Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019.....	13
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019.....	14
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	
Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019.....	15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 e 31 de dezembro de 2019.....	16



São Paulo, 26 de Agosto de 2020

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, incluindo o relatório dos Auditores Independentes, do semestre findo em 30 de junho de 2020 do Banco BNP Paribas Brasil S.A..

Estrutura organizacional

Ricardo Guimarães assumiu em 1º de março de 2020, a posição de Presidente do Banco BNP Paribas Brasil substituindo Sandrine Ferdane. Ricardo, há 18 anos no grupo, atuava anteriormente como Head de Global Markets para a América Latina.

COVID 19

A administração respondeu de forma consistente aos desafios impostos pela pandemia da Covid-19, estabelecendo uma governança para o plano de contingência, cujos objetivos primordiais eram a segurança dos colaboradores que passaram, em sua maioria, ao trabalho remoto, e a mitigação dos riscos operacional e regulatório. Nesse contexto, somado ao firme engajamento dos colaboradores, a Instituição pôde atender suas obrigações assumidas com clientes, fornecedores e reguladores.

O Grupo BNP Paribas uniu esforços, reunindo suas quatro empresas no Brasil e seus colaboradores, no combate à crise da Covid-19. No total, foram doados R\$ 1,6 milhão. Sete instituições, com atuações na área da ciência e do bem-estar social, foram beneficiadas. A dedicação do Grupo e dos funcionários foi fundamental para concluir as doações no menor tempo possível, atendendo, assim, à urgência da causa.

Desempenho Econômico-Financeiro

O Banco BNP Paribas Brasil encerra o semestre com lucro líquido de aproximadamente R\$ 177 milhões, resultado 49% acima do valor observado no mesmo período de 2019, com base no crescimento significativo de receitas nas nossas atividades de Global Markets e Global Banking.

O Banco atua no Brasil com uma plataforma diversificada de produtos e serviços voltada ao atendimento de clientes corporativos, institucionais e do segmento de Wealth Management. Esse modelo diversificado e capacidade de execução permitiram a Instituição apoiar sua base de clientes com oferta de crédito, acesso a mercados internacionais, gestão de liquidez e riscos, e oferta de serviços bancários nesse difícil momento que a sociedade e a economia enfrentam.

Reiteramos que não há provisões adicionais relevantes no semestre o que reforça nosso entendimento de que mantemos uma exposição de crédito robusta e resiliente, mesmo após a instalação da pandemia.

Compromissos Socioambientais

O Banco BNP Paribas Brasil, em linha com o Grupo BNP Paribas, reafirma seu compromisso público com os direitos humanos e com o meio ambiente, tendo um sistema de gestão de riscos socioambientais. Com um forte histórico global em desenvolvimento sustentável, o Banco BNP Paribas Brasil visa colaborar na transição climática, com financiamentos voltados a energias renováveis e contribuindo também com microcrédito e negócios sociais.

O Banco BNP Paribas S.A., através da sua Diretoria, agradece a todos pela confiança e apoio recebidos, que possibilitaram o desenvolvimento e fortalecimento dos nossos produtos e serviços.

Diretoria



Aos Administradores e Acionistas
Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

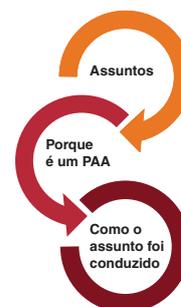
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BNP Paribas Brasil S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

Conforme divulgado nas notas 3(g) e 6.2, a determinação do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é um processo que requer julgamento e utilização de critérios na determinação do risco de crédito por parte da administração e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e alterações posteriores do Bacen. A classificação de risco dos clientes é atribuída por meio da utilização de modelo interno da administração.

Essa é uma área que foi definida como foco de auditoria, pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e a execução de testes de controles relevantes relacionados ao processo de concessão de crédito e operações renegociadas.

Efetuamos, também, em base amostral, (i) testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, (ii) análise da metodologia descrita em política para atribuição dos níveis de risco ao cliente, (iii) recálculo da provisão com base nessas atribuições de risco e no atraso das operações e (iv) confronto dos saldos contábeis de provisão para créditos de liquidação duvidosa com os relatórios analíticos.

Realizamos também outros testes em atendimento aos requerimentos da Resolução nº 2.682/99 do CMN, bem como avaliamos os aspectos relacionados às divulgações em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro contábil da provisão para créditos de liquidação duvidosa são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.



Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos

Conforme divulgado nas notas 3(e), 3 (f) e 5.2 a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de precificação realizadas com base em modelos internos e que envolvem desenvolvimento e seleção de premissas pela administração para valorização de instrumentos e/ou utilização de dados observáveis.

Consideramos essa área como foco em nossa auditoria uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e/ou premissas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do nosso entendimento relacionado ao processo de mensuração de instrumentos financeiros derivativos.

Confrontamos os saldos contábeis com os relatórios analíticos que apresentam os saldos por operação, bem como, com apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, efetuamos, em base amostral, a reperformance independente dos cálculos de mensuração de acordo com as boas práticas de mercado e requerimentos das normas do Bacen em relação a metodologia e dados de mercado utilizados.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos são razoáveis, tendo em vista as práticas de mercado e práticas contábeis vigentes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de agosto de 2020.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3



Os membros do Comitê de Auditoria, em atendimento às disposições regulamentares vigentes e de seu Regulamento Interno de 14 de julho de 2004, apresentam Relatório de suas atividades desenvolvidas no primeiro semestre do ano de 2020, no âmbito do Banco BNP Paribas Brasil S.A..

O Comitê de Auditoria da Instituição é um órgão estatutário e foi instituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2004. Este Comitê é composto atualmente por quatro membros, sendo três deles Diretores da Sociedade e por um membro externo, independente, que ocupa o cargo de Presidente.

O Comitê de Auditoria é responsável por avaliar a transparência e a qualidade das demonstrações financeiras, a efetividade do ambiente de controles internos da Sociedade e das suas Auditorias Interna e Externa. As suas análises e conclusões são baseadas única e exclusivamente nas informações recebidas dos organismos de controle existentes na Instituição. Não há trabalhos de campo realizados pelos membros desse Comitê.

Merece registro o fato de que as atividades do Comitê, a exemplo do que ocorreu desde sua implantação, foram livremente conduzidas por seus membros sem que qualquer obstáculo tenha sido oferecido ao livre e independente encaminhamento de suas atividades, seja pela Direção da Sociedade, seja por qualquer de seus prepostos. Adicionalmente, ambas as auditorias, interna e externa, atestaram ter executado seus trabalhos no período sem qualquer tipo de obstáculo, que receberam todas as informações em tempo e forma solicitados, não tendo sido identificadas por ambas quaisquer dificuldades ou restrição criada por parte dos representantes da Sociedade à execução de seus trabalhos.

Com o objetivo de avaliar a efetividade do ambiente de controles internos, o Comitê de Auditoria recebeu relatórios contendo avaliação sobre a qualidade dos controles executados pelas primeiras e segundas linhas de defesas do BNP Paribas BR bem como o atendimento das recomendações formuladas por sua Auditoria Interna, Auditores Externos e por órgãos de Supervisão. Baseado nessa avaliação, o Comitê de Auditoria concluiu que a Instituição continua a dispor de um sistema de controles internos compatível com o volume e complexidade de seus negócios.

O Comitê de Auditoria também se reuniu com a Auditoria Interna, ocasião em que pôde constatar sua independência tanto em termos hierárquicos, quanto na execução de seu trabalho. O Comitê aprovou o Plano Anual, validando as alterações necessárias devido aos impactos do Covid-19. Com base nos resultados das missões de Auditoria Interna, as quais avaliam a efetividade dos sistemas e processos de governança, cumprimento da legislação, gerenciamento de risco e controles internos bem como a conscientização e responsabilidades da gerência, o Comitê concluiu que a Auditoria Interna continua a demonstrar sua adequada eficiência no atendimento de seus objetivos.

Com referência a Resolução 4.557 do Conselho Monetário Nacional, a qual dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, o Diretor responsável pela estrutura de gerenciamento de riscos esclareceu ao Comitê de Auditoria que não havia identificado durante o primeiro semestre de 2020 riscos que pudessem impactar de modo relevante as demonstrações financeiras. Também enfatizou que a carteira de crédito foi revisada e não foram identificados riscos adicionais relevantes causados pela pandemia; portanto, o aumento nas provisões sobre a carteira de crédito não decorre diretamente dos impactos do Covid-19.

Durante a instalação da pandemia, com todos seus severos desdobramentos sanitários, sociais e econômicos, o Comitê de Auditoria recebeu informações adequadas para assegurar-lhe que a Sociedade tomou as medidas necessárias para salvaguardar a saúde de seus colaboradores com base em procedimentos técnicos hospitalares da maior eficácia possível e, bem assim, para manter sem quaisquer interrupções, a continuidade de suas operações bem como serviços à disposição dos seus clientes, não obstante a redução muito substancial de colaboradores presentes nas instalações da Sociedade. Foi constatado também que a Alta Administração da Sociedade foi e continua sendo informada semanalmente acerca das ocorrências internas relacionadas com essa enfermidade.

A respeito, foi constatado que o trabalho à distância pode ser realizado pelos Colaboradores da Sociedade com qualidade e baixíssimos incidentes operacionais, sem qualquer prejuízo ao atendimento de prazos regulatórios e respeitando-se as normas e as políticas internas vigentes, fatos que permitiram constatar a alta qualidade dos sistemas de informática adotados pela Instituição.

O Comitê de Auditoria através de discussões com o Contador responsável e membros do departamento de Contabilidade do BNP Paribas BR bem como com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, recebeu todas as explicações esperadas acerca das demonstrações financeiras do semestre elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às financeiras bancárias, o que permitiu ao Comitê de Auditoria concluir que as demonstrações financeiras apresentavam consistência e uma visão verdadeira e justa das atividades da Sociedade durante o primeiro semestre de 2020, consistente com o primeiro semestre de 2019 razões pelas quais recomenda à Diretoria Executiva a aprovação das demonstrações financeiras da Sociedade encerradas em 30 de junho de 2020, que será objeto de publicação ou divulgação no prazo e na forma da lei.

São Paulo, 26 Agosto de 2020.

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.

Comitê de Auditoria



BALANÇO PATRIMONIAL
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>NOTAS</u>	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
<u>Circulante</u>		58.731.035	34.065.946
Disponibilidades		182.286	104.652
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(4.2)	5.203.312	10.047.428
Aplicações no mercado aberto		2.688.997	1.994.722
Aplicações em depósitos interfinanceiros		2.514.315	7.940.885
Aplicações em moedas estrangeiras		-	111.821
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	16.034.166	6.331.425
Carteira própria		6.673.807	3.166.318
Vinculados a compromissos de recompra		102.295	814.782
Vinculados à prestação de garantias		868.131	454.646
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		-	342.768
Instrumentos financeiros derivativos		8.389.933	1.552.911
Relações interfinanceiras		2.702	7.991
Pagamentos e recebimentos a liquidar		31	-
Créditos vinculados - depósitos no BACEN		2.671	7.991
Operações de crédito		3.839.025	3.006.232
Setor privado	(6.1)	1.844.110	1.590.186
Setor público	(6.1.2)	2.007.408	1.427.991
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(6.2)	(12.493)	(11.945)
Outros créditos		33.459.883	14.564.188
Carteira de câmbio	(7.1)	32.023.254	13.370.672
Rendas a receber		85.835	51.535
Negociação e intermediação de valores		10.220	8.869
Títulos e créditos a receber	(6.1)	1.354.999	1.115.295
Diversos	(7.2)	129.849	111.278
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	(144.274)	(93.461)
Outros valores e bens		9.661	4.030
Despesas antecipadas		9.661	4.030
<u>Não Circulante</u>		11.133.157	9.944.623
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(4.2)	1.562.884	3.255.811
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.562.884	3.255.811
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	7.124.847	3.594.768
Carteira própria		1.423.890	1.119.440
Vinculados a compromissos de recompra		709.592	72.510
Vinculados à prestação de garantias		1.240.158	584.607
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		1.559.151	1.158.969
Instrumentos financeiros derivativos		2.192.056	659.242
Operações de crédito		673.544	909.917
Setor privado	(6.1)	676.652	913.862
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(6.2)	(3.108)	(3.945)



BALANÇO PATRIMONIAL
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais) (Continuação)

ATIVO	NOTAS	30.06.2020	31.12.2019
Outros créditos		1.771.281	2.183.615
Carteira de câmbio	(7.1)	707.255	1.097.012
Rendas a receber		2.528	2.039
Títulos e créditos a receber	(6.1)	6.033	7.196
Créditos Tributários	(7.3)	494.026	501.124
Diversos	(7.2)	561.454	576.262
Provisão para outros de crédito de liquidação duvidosa	(6.2)	(15)	(18)
Outros valores e bens		601	512
Despesas antecipadas		601	512
Permanente		56.003	61.975
Investimentos		13.632	18.982
Participação em controlada no país	(8)	13.255	18.606
Outros investimentos		377	376
Imobilizado de uso		26.704	23.125
Outras imobilizações de uso		62.414	55.201
Depreciações acumuladas		(35.710)	(32.076)
Intangível		15.667	19.868
Ativos intangíveis		30.819	34.746
Amortização acumulada		(15.152)	(14.878)
TOTAL DO ATIVO		69.920.195	44.072.544

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Página 9



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

<u>PASSIVO</u>	<u>NOTAS</u>	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
<u>Circulante</u>		<u>56.958.605</u>	<u>30.318.136</u>
Depósitos	(9)	<u>4.428.473</u>	<u>4.479.032</u>
Depósitos à vista		559.029	432.897
Depósitos interfinanceiros		78.828	1.008.610
Depósitos a prazo		3.477.136	2.827.062
Depósitos em moeda estrangeira		313.480	210.463
Captações no mercado aberto		<u>5.024.378</u>	<u>3.076.358</u>
Carteira própria		805.332	876.915
Carteira de terceiros		2.683.227	714.172
Carteira de livre movimentação		1.535.819	1.485.271
Recursos de aceites e emissão de títulos		<u>2.396.654</u>	<u>3.126.586</u>
Obrigações por emissão de letras financeiras		1.137.912	2.058.917
Obrigações por emissão de letras de crédito de agronegócio		450.008	424.022
Captações por certificado de operações estruturadas		808.734	643.647
Relações interfinanceiras		<u>804</u>	<u>-</u>
Recebimentos e pagamentos a liquidar		804	-
Relações interdependências		<u>40.074</u>	<u>51.760</u>
Recursos em trânsito de terceiros		40.074	51.760
Obrigações por empréstimos e repasses	(10)	<u>11.092.431</u>	<u>5.922.585</u>
Empréstimos no exterior		5.848.873	3.838.323
Repasses do país		38.417	110.430
Repasses do exterior		5.205.141	1.973.832
Instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	<u>9.216.236</u>	<u>1.743.230</u>
Instrumentos financeiros derivativos		9.216.236	1.743.230
Outras obrigações		<u>24.759.555</u>	<u>11.918.585</u>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		4.993	657
Carteira de câmbio	(7.1)	24.032.923	11.237.611
Sociais e estatutárias		17.192	23.246
Fiscais e previdenciárias	(11.1)	423.593	289.239
Negociação e intermediação de valores		14.589	41.618
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	(19.1)	20.390	52.312
Dívida subordinada	(11.2)	37.212	62.574
Diversas	(11.3)	203.135	202.972
Resultado de exercícios futuros		5.528	8.356
<u>Não Circulante</u>		<u>9.920.917</u>	<u>10.922.797</u>
Depósitos	(9)	<u>1.780.722</u>	<u>3.334.947</u>
Depósitos interfinanceiros		-	2.140.507
Depósitos a prazo		1.780.722	1.194.440

Página 10



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais) (Continuação)

PASSIVO	NOTAS	30.06.2020	31.12.2019
Recursos de aceites e emissão de títulos		1.522.011	2.289.813
Obrigações por emissão de letras financeiras		398.409	867.099
Obrigações por emissão de letras de crédito de agronegócio		1.926	-
Captações por certificado de operações estruturadas		1.121.676	1.422.714
Relações interdependências		32.912	42.082
Recursos em trânsito de terceiros		32.912	42.082
Obrigações por empréstimos e repasses	(10)	1.075.983	1.148.913
Empréstimos no exterior		526.409	726.719
Repasses do país		34.396	24.927
Repasses do exterior		515.178	397.267
Instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	2.655.853	1.262.497
Instrumentos financeiros derivativos		2.655.853	1.262.497
Outras obrigações		2.853.436	2.844.545
Carteira de câmbio	(7.1)	709.291	1.104.657
Provisão para Passivo Contingente	(11.3)	614.060	616.997
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	(19.1)	49.612	68.266
Dívida subordinada	(11.2)	1.456.100	1.041.198
Diversas	(11.3)	23.016	13.427
Resultado de exercícios futuros		1.357	-
Patrimônio líquido	(12)	3.040.673	2.831.611
Capital social:		1.754.606	1.754.606
De domiciliados no país		15	15
De domiciliados no exterior		1.754.591	1.754.591
Reservas de lucros		1.055.594	1.046.720
Ajuste de avaliação patrimonial		61.861	30.285
Lucros acumulados		168.612	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		69.920.195	44.072.544

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Página 11



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	<u>NOTAS</u>	<u>01.01 a 30.06.2020</u>	<u>01.01 a 30.06.2019</u>
Receitas da intermediação financeira		3.770.732	826.065
Operações de crédito		990.758	61.886
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		753.075	871.834
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		427.351	(236.734)
Resultado de operações de câmbio		1.531.007	82.877
Operações de venda ou de transfêrencias de ativos financeiros		68.541	46.202
Despesas da intermediação financeira		(3.332.476)	(434.163)
Operações de captação no mercado		(530.560)	(486.582)
Operações de empréstimos e repasses		(2.751.395)	83.366
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	(50.521)	(30.947)
Resultado bruto da intermediação financeira		438.256	391.902
Outras receitas (despesas) operacionais		(81.782)	(160.372)
Receitas de prestação de serviços		163.709	99.024
Despesas de pessoal		(145.656)	(137.553)
Resultado de participação em controlada	(8)	1.930	4.278
Outras despesas administrativas	(14)	(104.610)	(95.060)
Despesas tributárias	(15)	(43.004)	(31.805)
Resultado de outras provisões	(16)	47.571	(13.229)
Outras receitas operacionais	(17)	11.103	28.594
Outras despesas operacionais	(17)	(12.825)	(14.621)
Resultado operacional		356.474	231.530
Resultado não operacional		(2.087)	(1.152)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		354.387	230.378
Imposto de renda e contribuição social	(18)	(117.707)	(74.362)
Provisão para imposto de renda		(84.689)	(9.576)
Provisão para contribuição social		(57.281)	(5.942)
Ativo fiscal diferido		24.263	(58.844)
Participações no lucro		(59.194)	(37.215)
Lucro líquido dos semestres		177.486	118.801
Média ponderada das ações - básica e diluída		236.432	201.631
Lucro líquido por ação - em R\$	(13)	750,69	589,20

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Página 12



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	01.01 a 30.06.2020	01.01 a 30.06.2019
Lucro líquido	177.486	118.801
"Hedge" de fluxo de caixa:	1.372	(479)
Variação de valor justo	2.495	186
Efeito fiscal	(1.123)	(665)
Ativos financeiros disponíveis para venda:	30.204	25.108
Variação de valor justo	50.275	15.301
Ganhos (perdas) transferidos ao resultado por alienação	(2.357)	11.987
Efeito fiscal	(17.714)	(2.180)
Outros resultados abrangentes do semestre	31.576	24.629
Total do resultado abrangente	209.062	143.430

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Página 13

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto dividendos)

	Capital social	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucro acumulado	Total do Patrimônio líquido
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	1.238.066	163.843	720.543	3.562	-	2.126.014
Aumento de capital	516.540	-	-	-	-	516.540
Ajuste ao valor de mercado - TVM's						
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	25.108	-	25.108
"Hedge" de fluxo de caixa	-	-	-	(479)	-	(479)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	118.801	118.801
Destinações:						
Reserva legal	-	5.940	-	-	(5.940)	-
Saldos em 30 de Junho de 2019	1.754.606	169.783	720.543	28.191	112.861	2.785.984
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	1.754.606	172.387	874.333	30.285	-	2.831.611
Ajuste ao valor de mercado - TVM's						
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	30.204	-	30.204
"Hedge" de fluxo de caixa	-	-	-	1.372	-	1.372
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	177.486	177.486
Destinações:						
Reserva legal	-	8.874	-	-	(8.874)	-
Saldos em 30 de Junho de 2020	1.754.606	181.261	874.333	61.861	168.612	3.040.673

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	30.06.2020	30.06.2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido ajustado	254.751	161.734
Lucro líquido	177.486	118.801
Depreciações e amortizações	3.909	2.979
Resultado de participação em controlada	(1.930)	(4.278)
Ajuste ao valor justo de TVM e derivativos para negociação	75.400	(88.344)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	50.521	30.947
Provisão/(Reversão) para garantias e fianças prestadas	(50.576)	5.380
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e atualização monetária de depósitos judiciais	5.679	9.898
Tributos diferido	(24.263)	58.844
Participações nos lucros e bônus	59.194	37.215
Provisão - outras	4.722	6.759
Receita de prestação de serviços não recebidos	(41.384)	(2.943)
Diversos	(4.007)	(13.524)
Variação de ativos e obrigações	(2.943.439)	(1.895.729)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	4.081.428	574.697
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e derivativos	(4.266.255)	(293.663)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras	6.093	(16.574)
(Aumento) Redução em relações interdependências	(20.856)	101.393
(Aumento) Redução em operações de crédito	(596.131)	162.800
(Aumento) Redução em outros créditos	(18.478.585)	950.877
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(5.720)	1.143
Aumento (Redução) em depósitos	(1.604.784)	(1.280.291)
Aumento (Redução) em captações no mercado aberto	1.948.020	174.272
Aumento (Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	(1.497.734)	(284.020)
Aumento (Redução) em sociais e estatutária - PLR	(10.719)	(13.656)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	5.096.916	(791.393)
Aumento (Redução) em outras obrigações	12.406.359	(1.181.537)
Aumento (Redução) em resultados de exercícios futuros	(1.471)	223
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.688.688)	(1.733.995)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(Aquisição) Alienação de investimentos	7.280	7.106
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso	(6.236)	(5.725)
(Aquisição) Alienação de intangível	2.949	540
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	3.993	1.921
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos pagos e juros sobre capital próprio	-	(119.000)
Aumento de capital	-	516.540
Aumento (Redução) de obrigações em dívida subordinada	389.540	(5.158)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	389.540	392.382
Variação de caixa e equivalente de caixa	(2.295.155)	(1.339.692)
No início do período	5.447.652	5.477.918
No fim do período	3.152.497	4.138.226
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(2.295.155)	(1.339.692)

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Página 15



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco") é uma Sociedade Anônima Fechada com sede domiciliada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, 10º andar. O Banco pertence ao Grupo BNP Paribas e tem como seu controlador direto o BNP Paribas S.A., com sede em Paris, França. É a instituição líder do Conglomerado Financeiro e Prudencial perante o Banco Central do Brasil. O Banco opera como banco múltiplo, na forma da Resolução CMN nº 1.524/88, do Banco Central do Brasil - BACEN, autorizado a desenvolver suas operações por meio das carteiras comercial, de arrendamento mercantil, de câmbio e de investimento.

As Demonstrações Financeiras elaboradas para o semestre findo em 30 de junho de 2020 foram aprovadas pela Diretoria em 18 de Agosto de 2020.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN de acordo com as normas estabelecidas e pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 normatizadas pelo BACEN e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

A elaboração das Demonstrações Financeiras exige que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: i) provisão para créditos de liquidação duvidosa; ii) ativos fiscais diferidos; iii) provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis; iv) valorização de instrumentos financeiros e v) outras provisões. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, entretanto, somente alguns foram homologados pelo BACEN. Para o período apresentado o BACEN aprovou o CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, através da Resolução CMN 4.748, e o CPC 41 - Resultado por Ação, através da Circular nº 3.959. Portanto, o Banco, na elaboração dessas Demonstrações Financeiras, adotou os pronunciamentos contábeis já homologados pelo BACEN.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08.11.2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (nota 5) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimentos.

Mudança na Apresentação das Demonstrações Financeiras

A Resolução CMN nº 4.720 e seus normativos complementares alteraram, a partir de 01.01.2020, os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações financeiras até então vigentes. Com base na referida Resolução e na Circular Bacen nº 3.959, o Banco realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras atendendo à respectiva Circular, dentre as quais destacamos:

a) Notas Explicativas

Inclusão das Nota Explicativas: "nº 3.f - Ativos e Passivos a Valor Justo" e "nº 5.3 - Hierarquia do Valor Justo" em atendimento a Resolução CMN nº 4.748; da Nota "nº 13 - Resultado por Ação", em atendimento a Circular nº 3.959 e CPC 41; e da Nota "nº 20.5 Política de Teste de Estresse", em atendimento a Circular nº 3.959.

b) Apresentação dos saldo comparativos

O Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior. Porém as Demonstrações de Resultado, Resultado Abrangente, Mutações no Patrimônio Líquido e Fluxo de Caixa são comparativas ao mesmo período/ semestre do ano anterior.

c) Outras informações

O Banco não adotou a prerrogativa da Resolução CMN nº 4.720 de divulgar demonstrações financeiras semestrais acompanhadas de notas explicativas selecionadas. Também de acordo com a referida Resolução, o Banco está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA). O Banco incluiu na nota "nº 21 - Gestão de Capital" dados quantitativos relevantes sobre os elementos incluídos na gestão do Capital, bem como a indicação do cumprimento dos limites e requisitos de Capital.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

Página 16



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, incluem recursos em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com conversibilidade imediata ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, líquidas dos custos de transação incorridos, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - Títulos e Valores Mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Os títulos classificados como para negociação são apresentados no curto prazo, independente de seu vencimento, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda - Títulos e Valores Mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida a conta destacada do Patrimônio Líquido - Ajuste de Avaliação Patrimonial - líquido dos efeitos tributários, sendo transferido para o resultado do período quanto da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos valores mobiliários. Os declínios no valor de mercado dos títulos disponíveis para venda dos seus custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.
- Títulos mantidos até o vencimento - Títulos e Valores Mobiliários para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento. O Banco não possui títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

e) Instrumentos Financeiros Derivativos (ativos e passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo, e são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção "hedge" ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30.01.2002, do BACEN.

As operações que utilizam instrumentos financeiros que não atendam aos critérios de proteção são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco são classificados como "hedge" de acordo com sua natureza:

- "Hedge" de Risco de Mercado - são destinados a mitigar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de "hedge". Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- "Hedge" de Fluxo de Caixa - são destinados a mitigar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A parcela efetiva de "hedge" dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do "hedge" é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O impacto da marcação ao valor justo dos objetos de "hedge" está demonstrado na nota 5.2.4.

f) Ativos e Passivos mensurados ao valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado, na data das Demonstrações Financeiras.

O Banco determina o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados em mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes.

Nível 1 - são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente partindo do princípio que as partes são independentes.

Nível 2 - são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, incluindo os preços cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.



Nível 3 - são usadas informações que não estão disponíveis no mercado na definição do valor justo. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

O Grupo BNP Paribas utiliza modelos de valorização amplamente reconhecidos e adotados pelo mercado para determinação do valor justo de instrumentos financeiros comuns e não muito complexos, que utilizam somente dados observáveis de mercado e requerem pouco julgamento da Administração. Dados observáveis de mercado geralmente são disponíveis para instrumentos de dívida e de capital de entidades listadas, derivativos negociados em bolsas e aqueles simples e amplamente negociados em balcão. Disponibilidade de dados de mercado observáveis reduzem a necessidade de julgamento da Administração, bem como as incertezas associadas à determinação do valor justo de instrumentos financeiros. Os ativos e passivos mensurados a valor justo estão demonstrados na nota 5.3.

g) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas “pro rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros contratuais.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o modelo interno que considera o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações de aquisição/cessão de crédito são registradas com base na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, de acordo com o que determina se a compra ou a venda da carteira foi com retenção ou sem retenção substancial dos riscos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada adequada pela Administração, é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas nas classificações de risco e função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade, e não apenas quando da ocorrência de inadimplência.

As modalidades, valores, prazos, níveis de risco, concentração, setor da atividade econômica, renegociação, bem como a composição das contas patrimoniais da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão apresentados na nota 6.

h) Investimentos

O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, e os outros títulos patrimoniais são avaliadas pelo custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, de provisão para perda.

i) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais são 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

j) Ativo Intangível

O ativo intangível é registrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear. A amortização é calculada pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de contrato de locação, no caso de benfeitorias em imóveis de terceiros.

k) Redução ao Valor Recuperável

A redução do valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros - “impairment” - é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos financeiros e não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.



l) Depósitos, Captações no mercado aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823 de 16.12.2009 e Carta Circular BACEN nº 3.429 de 11.02.2010, da seguinte forma:

- Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível.
- Contingências Passivas - são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas Demonstrações Financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

Detalhamento dos Passivos Contingentes estão apresentados na nota 11.3.1.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros que excederem a R\$240 no exercício e a contribuição social à alíquota de 20%, em vigor a partir de março de 2020, conforme previsto no artigo 32º da Emenda Constitucional 103/2019, dado que a alíquota de 15% foi aplicada ao longo do ano de 2019, em vista ao disposto no artigo 1º da Lei nº 13.169/2015.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, prejuízos fiscais e base negativa. Os tributos passivos diferidos são calculados sobre as exclusões temporárias, e de acordo com a regulamentação em vigor expedida pelo Banco Central do Brasil, os ativos e passivos tributários diferidos foram constituídos considerando a alíquota consolidada de 45% a partir de novembro de 2019 (40% de janeiro a outubro de 2019), em vista a majoração da contribuição social prevista no artigo 32º da Emenda Constitucional 103/2019.

o) Garantias Prestadas a Terceiros

As garantias prestadas a terceiros, compreendendo avais, fianças e outros estão registradas em contas de compensação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

4.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019 (*)</u>
Disponibilidade	182.286	157.439
Aplicações no mercado aberto	2.688.997	3.895.804
Aplicações em depósitos interfinanceiros	281.214	84.983
Total	3.152.497	4.138.226

(*) Os valores foram ajustados para melhor comparabilidade com os saldos de 2020.

4.2. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2020</u>				<u>Total</u>	<u>31.12.2019</u>
	<u>0-30</u>	<u>31-180</u>	<u>181-360</u>	<u>Acima de 360</u>		<u>Total</u>
Posição Bancada	5.770	-	-	-	5.770	1.280.550
Posição Financiada	2.683.227	-	-	-	2.683.227	714.172
Aplicações em depósitos interfinanceiros	405.692	1.230.050	878.573	1.562.884	4.077.199	11.196.696
Aplicações em moedas estrangeiras	-	-	-	-	-	111.821
Total	3.094.689	1.230.050	878.573	1.562.884	6.766.196	13.303.239

Página 19



5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento, contraparte e indexador dos Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores de mercado:

5.1 Resumo da classificação dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos por categoria e vencimento

	30.06.2020								31.12.2019	
	Ajuste a mercado			Por Vencimento					Valor de Mercado	
	Valor de custo/contrato	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor de Mercado	Sem Vencimento	0-30	31-180	181-360		Acima de 360
Títulos para negociação										
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	202	-	-	202	-	-	-	202	-	199
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.409.748	2.172	-	2.411.920	-	25.526	907.608	1.043.356	435.430	774.369
Notas do Tesouro Nacional - NTN	902.268	30.057	-	932.325	-	-	3.469	8.970	919.886	1.262.807
Cotas de Fundo de Investimento (*)	2.549.732	(244)	-	2.549.488	2.549.488	-	-	-	-	1.980.571
Cotas de Fundo de Direitos Creditórios (***)	85.096	(4.619)	-	80.477	-	2.587	870	-	77.020	118.850
	5.947.046	27.366	-	5.974.412	2.549.488	28.113	911.947	1.052.528	1.432.336	4.136.796
Títulos disponíveis para venda										
Letras do Tesouro Nacional - LTN (**)	2.991.241	48.576	75.649	3.115.466	-	-	20	-	3.115.446	1.926.777
Notas do Tesouro Nacional - NTN (**)	1.723.551	6.179	43.616	1.773.346	-	-	-	683.640	1.089.706	1.080.524
Debêntures	805.601	-	(15.494)	790.107	-	-	99.376	-	690.731	534.168
Nota Soberana (**)	761.607	-	8.554	770.161	-	-	-	770.161	-	-
Ações em Companhia Fechada	2.128	-	3	2.131	-	-	-	-	2.131	1.595
Cotas FICLB	34.777	-	-	34.777	-	-	-	-	34.777	34.180
Nota Promissória	117.032	-	(408)	116.624	-	-	-	116.624	-	-
	6.435.937	54.755	111.920	6.602.612	-	-	99.396	1.570.425	4.932.791	3.577.244
Subtotal de títulos do ativo	12.382.983	82.121	111.920	12.577.024	2.549.488	28.113	1.011.343	2.622.953	6.365.127	7.714.040
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo										
Operações de opções	212.211	281.304	-	493.515	-	80.963	235.569	125.717	51.266	71.867
Operações a termo	7.800.423	(269.343)	-	7.531.080	-	4.957.305	1.641.220	477.314	455.241	1.157.915
Operações de "swap"	1.701.104	856.290	-	2.557.394	-	43.213	260.039	568.593	1.685.549	982.371
	9.713.738	868.251	-	10.581.989	-	5.081.481	2.136.828	1.171.624	2.192.056	2.212.153
TOTAL DO ATIVO	22.096.721	950.372	111.920	23.159.013	2.549.488	5.109.594	3.148.171	3.794.577	8.557.183	9.926.193
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo										
Operações de opções	797.055	(94.722)	-	702.333	-	84.906	265.872	145.035	206.520	454.492
Operações a termo	7.816.120	(240.272)	-	7.575.848	-	4.962.653	1.664.312	480.506	468.377	1.213.301
Operações de "swap"	2.743.490	850.418	-	3.593.908	-	243.174	776.080	593.698	1.980.956	1.337.934
TOTAL DO PASSIVO	11.356.665	515.424	-	11.872.089	-	5.290.733	2.706.264	1.219.239	2.655.853	3.005.727

(*) Para informações sobre o Fundo de Investimento vide nota 5.4.

(**) Os ajustes a mercado no resultado dos instrumentos classificados como disponíveis para venda foram objetos de "Hedge" de "Risco de Mercado" vide nota 5.2.4.

(***) Se refere a cotas senior do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), com prazo de duração determinado e sua carteira é composta basicamente de direitos creditórios.

Os Títulos e Valores Mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo é calculado com base em cotações de preços divulgados pelo mercado, por modelos de precificação, pelo fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa por parte da Administração.

5.2 Instrumentos financeiros derivativos

O Banco tem como política administrar os riscos resultantes de operações com derivativos, evitando assumir posições expostas a flutuações de fatores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam o controle de riscos.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de "swap", termos, opções e futuros, registradas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

A contabilização é realizada conforme como segue:

- Operações de "swap" - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço. O valor justo dos "swaps" é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.
- Operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência do prazo dos contratos até a data do balanço. O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.
- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou no resultado, no caso de não exercício. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como "Black & Sholes", usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.
- Operações de futuros - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo, sendo apropriado mensalmente como receita ou despesa. O valor justo dos futuros é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pela B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

5.2.1 Composição do valor nominal dos derivativos por contraparte

	B3 (BRASIL, BOLSA, BALCÃO)						
	SISTEMA C E T I P				SISTEMA		
	Pessoa física	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Investidores institucionais	BM&FBovespa Câmaras de liquidação	Valor nominal 30.06.2020	Valor nominal 31.12.2019
Valor nominal por contraparte							
Operações com opções	13.822	5.113.212	568.533	5.114.743	-	10.810.310	7.931.282
Comprada	-	1.928.288	-	3.184.446	-	5.112.734	3.627.215
Vendida	13.822	3.184.924	568.533	1.930.297	-	5.697.576	4.304.067
Operações com "swap"	-	11.317.152	3.631.920	24.203.809	367.868	39.520.749	26.561.389
"Swap"	-	11.317.152	3.631.920	24.203.809	367.868	39.520.749	26.561.389
Operações com futuros	-	-	-	-	13.753.244	13.753.244	22.348.957
Comprada	-	-	-	-	5.375.315	5.375.315	10.719.735
Vendida	-	-	-	-	8.377.929	8.377.929	11.629.222
Operações a termo	-	22.089.182	750.591	26.270.918	-	49.110.691	35.005.588
Comprada	-	8.824.731	612.718	15.053.118	-	24.490.567	17.326.627
Vendida	-	13.264.451	137.873	11.217.800	-	24.620.124	17.678.961
Total						113.194.994	91.847.216

5.2.2 Composição do valor nominal dos derivativos por indexador

Composição por indexador	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	
			30.06.2020	31.12.2019
Operações com opções	493.515	702.333	10.810.310	7.931.282
Compra de opção de:	493.515	-	5.112.734	3.627.215
Compra de Dólar	469.817	-	2.999.164	1.719.438
Venda de Dólar	23.698	-	2.113.570	1.907.777
Venda de opção de:	-	702.333	5.697.576	4.304.067
Compra de Dólar	-	471.315	2.999.163	1.719.438
Compra de Ações	-	191.894	579.736	668.722
Venda de Dólar	-	25.064	2.113.570	1.907.776
Venda de Ações	-	14.060	5.107	8.131



Composição por indexador	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	
			30.06.2020	31.12.2019
Operações com swap	2.557.394	3.593.908	39.520.749	26.561.389
Ações x DI	34.199	264.003	2.567.942	2.785.809
Ações x PRÉ	83.904	-	1.245.781	513.528
Cupom de Dólar x Cupom de Dólar	559.540	624.612	9.014.083	9.199.736
Cupom de Dólar x DI	1.531.872	20.174	9.980.818	6.005.216
Cupom de Dólar x PRÉ	129.121	-	244.000	710.725
Cupom de Euro x PRÉ	55.946	-	153.601	153.601
DI x Ações	24.881	99	322.326	306.279
DI x Cupom de Dólar	22.142	1.561.342	10.017.621	3.413.401
DI x Cupom de Euro	-	122.819	229.266	275.748
DI x Índice de Preço	-	236.336	654.024	654.024
DI x PRÉ	-	26.284	548.648	529.499
Índice de Preço x DI	106.475	64	343.944	343.944
Peso Mexicano x Cupom de Dólar	-	469.204	2.263.289	-
PRÉ x Ações	-	83.904	1.245.780	513.528
PRÉ x Cupom de Dólar	-	129.121	244.000	259.000
PRÉ x Cupom de Euro	-	55.946	153.601	605.326
PRÉ x DI	9.314	-	292.025	292.025
Operações com futuros	-	-	13.753.244	22.348.957
Operações com futuros - Comprada	-	-	5.375.315	10.719.735
Cupom cambial - DDI	-	-	2.902.795	2.049.940
DI	-	-	244.487	2.881.605
Moedas	-	-	2.228.033	5.788.190
Operações com futuros - Vendida	-	-	8.377.929	11.629.222
Cupom cambial - DDI	-	-	160.707	-
DI	-	-	6.373.210	9.351.179
Moedas	-	-	1.844.012	2.278.043
Operações a termo	7.531.080	7.575.848	49.110.691	35.005.588
Operações a termo - Comprada	4.473.692	1.640.222	24.490.567	17.326.627
Moeda	2.997.183	164.346	24.490.567	17.326.627
Títulos Públicos	1.476.509	1.475.876	-	-
Operações a termo - Vendida	3.057.388	5.935.626	24.620.124	17.678.961
Moeda	145.632	3.022.563	24.620.124	17.678.961
Títulos Públicos	2.911.756	2.913.063	-	-
Total	10.581.989	11.872.089	113.194.994	91.847.216

5.2.3 Valor de margens de garantia dos instrumentos financeiros derivativos

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, efetuadas junto à B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e de operação de câmbio efetuadas junto à "clearing" de câmbio, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no valor de R\$2.108.289 (R\$1.039.253 em 12.2019).

5.2.4 Instrumentos financeiros derivativos utilizados como "Hedge"

Em 30 de junho de 2020, o Banco possuía as seguintes posições:

"Hedge" de Risco de valor justo							
Instrumento			Objeto de "Hedge"				
Produto	Vencimento	Valor referencial	Produto	Indexador	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste no resultado
DDI	02.01.2026	1.569.361	Instr. Dívida Res. 4.192	Dólar	1.454.228	1.568.855	(60.803)
DI	03.01.2022	1.292.687	Títulos - LTN	Pré-fixada	1.244.111	1.292.687	23.151
DI	03.07.2023	2.720.681	CDI	Pré-fixada	2.681.987	2.720.656	(82.826)
DI	02.01.2025	101.385	Títulos - NTN	Pré-fixada	95.207	101.385	6.178
DI	01.04.2025	29.251	Certificado de operações estruturadas	Pré-fixada	28.808	29.256	(447)
"Hedge" de Fluxo de Caixa							
Instrumento			Objeto de "Hedge"				
Produto	Vencimento	Valor referencial	Produto	Indexador	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste no patrimônio líquido
DI	04.01.2021	179.804	LF	Pós	173.382	179.825	3.544

A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 30 de junho de 2020, estava em conformidade com o estabelecido pelo BACEN e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente no resultado durante o semestre.



5.3 Hierarquia do valor justo

Abaixo a apresentação de ativos e passivos mensurados a valor justo:

	Preço de mercado (Nível 1)	Técnicas de valorização (Nível 2)	Total 30.06.2020	Total 31.12.2019
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	2.754.255	2.754.255	7.445.826
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	12.656.301	10.502.712	23.159.013	9.926.193
Outros créditos	-	21.004.133	21.004.133	10.849.488
TOTAL	12.656.301	34.261.100	46.917.401	28.221.507
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	29.164	29.164	-
Passivos Instrumentos financeiros derivativos	4.388.939	7.483.150	11.872.089	3.005.727
Outras obrigações	-	22.071.831	22.071.831	12.028.866
TOTAL	4.388.939	29.584.145	33.973.084	15.034.593

5.4 Outras Informações

5.4.1 Cotas de Fundo de Investimento

As cotas do fundo de investimento multimercado estão representadas por aplicações do Banco em fundo exclusivo do Grupo BNP Paribas - BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior.

Abaixo a composição do Fundo de Investimento:

Descrição	30.06.2020	31.12.2019
Disponibilidades	37	29
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.741.535	2.174.361
Títulos e valores mobiliários		
- Carteira própria	122	125
Instrumentos financeiros derivativos (*)		
- Operações com "Swap"	(1.241.392)	(322.293)
- Operações com Opções	281.509	8.122
- Operações com Futuro	(27.792)	6.227
- Operações com Termo	165.325	(59.166)
Diversos a receber/(pagar)	630.144	173.166
Patrimônio líquido do fundo	2.549.488	1.980.571

(*) O saldo considera os ajustes por equalização de práticas contábeis.

O valor de referência dos contratos dos instrumentos financeiros derivativos, que compõem a carteira do fundo e são registrados na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), está contabilizado em contas de compensação, conforme abaixo:

Indexador	"Swap"	Termo	Futuros	Opções	Total
Moeda estrangeira	27.334.514	24.487.968	20.137.532	7.243.483	79.203.497
Taxa de juros	915.650	-	7.070.293	-	7.985.943
Total 06.2020	28.250.164	24.487.968	27.207.825	7.243.483	87.189.440
Total 12.2019	20.166.290	17.330.834	22.058.742	3.627.215	63.183.081

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Apresentamos a seguir as informações relativas às operações de crédito, que inclui adiantamentos sobre contratos de câmbio.

6.1 Composição por operação e por nível de risco

"Rating"	Operações de crédito					Total
	Empréstimos e títulos descontados	Financiamento	Financiamento rural e agroindustriais	Adiantamento sobre contratos de câmbio	Títulos de créditos a receber (*)	
AA	3.054.877	798.278	32.301	4.729.445	624.594	9.239.495
A	125.111	240.438	42.449	940.866	609.899	1.958.763
B	31.065	-	130.807	947.176	126.539	1.235.587
C	63.059	-	9.785	-	-	72.844
G	-	-	-	115.533	-	115.533
Total 30.06.2020	3.274.112	1.038.716	215.342	6.733.020	1.361.032	12.622.222
PDD	8.213	3.747	3.641	135.691	8.598	159.890
Total 31.12.2019	2.587.721	983.107	361.211	2.167.113	1.122.491	7.221.643
PDD	8.082	3.396	4.412	87.193	6.286	109.369

(*) No primeiro semestre de 2020 foi cedido o montante de R\$180.714 (R\$3.000 em 12.2019) da carteira de Títulos de Créditos a Receber, sem retenção de riscos e benefícios.



6.1.2 Composição por setor de atividade

Descrição	30.06.2020		31.12.2019	
	R\$	%	R\$	%
Setor privado:				
Indústria	3.383.389	26,81	2.281.671	31,60
Comércio	718.199	5,69	285.121	3,95
Serviço	3.919.693	31,05	3.215.317	44,52
Pessoa Física	17.656	0,14	11.543	0,16
	8.038.937	63,69	5.793.652	80,23
Setor público:				
Governo Federal	2.575.877	20,41	-	-
Governo Estadual	2.007.408	15,90	1.427.991	19,77
	4.583.285	36,31	1.427.991	19,77
Total	12.622.222	100,00	7.221.643	100,00

6.1.3 Composição por vencimento

Descrição	30.06.2020		31.12.2019	
	R\$	%	R\$	%
A vencer:				
Até 180 dias	5.410.798	42,87	3.736.679	51,74
De 181 a 360 dias	6.455.125	51,14	2.561.731	35,47
Acima de 360 dias	682.684	5,41	921.058	12,76
Vencidos:				
Até 14 dias	-	-	2.175	0,03
De 15 a 60 dias	25.963	0,20	-	-
Vencidas de 61 a 360 dias	47.652	0,38	-	-
Total	12.622.222	100,00	7.221.643	100,00

6.2 Provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

Descrição	30.06.2020	30.06.2019
Saldo inicial do semestre	109.369	109.550
Constituição da provisão	75.972	55.717
Reversão da provisão	(25.451)	(24.770)
Saldo no final do semestre	159.890	140.497
Provisão específica	105.208	88.903
Provisão prudencial	54.682	51.594

No semestre e exercício findo em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não houve recuperação de crédito baixado como prejuízo e valores baixados para prejuízo.

Em 30 de junho de 2020 existiam contratos renegociados no valor de R\$242.966 (R\$1.395.416 em 12.2019).

7. OUTROS CRÉDITOS

7.1 Carteira de câmbio

	30.06.2020	31.12.2019
ATIVO		
Câmbio comprado a liquidar	21.195.280	7.753.864
Direitos sobre venda de câmbio	11.457.043	6.669.500
Adiantamentos em moeda nacional	-	(99)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	(6,1) 78.186	44.419
Total	32.730.509	14.467.684
Curto prazo	32.023.254	13.370.672
Longo prazo	707.255	1.097.012
PASSIVO	30.06.2020	31.12.2019
Câmbio vendido a liquidar	12.827.058	6.752.226
Obrigações por compra de câmbio	18.569.990	7.712.736
Adiantamentos sobre contratos de câmbio - exportação	(6,1) (6.654.834)	(2.122.694)
Total	24.742.214	12.342.268
Curto prazo	24.032.923	11.237.611
Longo prazo	709.291	1.104.657



7.2 Diversos

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Impostos e contribuições a compensar	84.836	67.635
Devedores diversos - Exterior	24.174	25.860
Devedores diversos - País	15.137	11.106
Adiantamentos diversos	6.236	6.702
Devedores por depósitos em garantia	560.920	576.237
Total	691.303	687.540
Curto prazo	113.168	111.278
Longo prazo	578.135	576.262

7.3 Créditos Tributários

No semestre findo em 30 de junho de 2020, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

<u>Descrição</u>	<u>Saldo em 31.12.2019</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo em 30.06.2020</u>
Imposto de renda				
<i>Diferenças temporárias:</i>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	36.067	40.571	(28.345)	48.293
Provisão "Hedge" fluxo de caixa	2.235	1.611	(2.235)	1.611
Provisão para riscos fiscais	132.776	2.414	(4.280)	130.910
Provisão para outros passivos contingentes	21.473	1.725	(592)	22.606
Provisão de avais e fianças	30.144	1.572	(14.215)	17.501
Provisão para outros passivos	41.893	27.899	(34.179)	35.613
Provisões diversas	13.020	4.576	(134)	17.462
Prejuízo fiscal	834	-	-	834
	278.442	80.368	(83.980)	274.830
Contribuição social				
<i>Diferenças temporárias:</i>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	28.854	32.457	(22.676)	38.635
Provisão "Hedge" fluxo de caixa	1.789	1.289	(1.788)	1.290
Provisão para riscos fiscais	106.219	1.931	(3.424)	104.726
Provisão para outros passivos contingentes	17.183	1.380	(474)	18.089
Provisão de avais e fianças	24.115	1.257	(11.373)	13.999
Provisão para outros passivos	33.521	22.319	(27.343)	28.497
Provisões diversas	10.407	3.660	(107)	13.960
Base negativa	594	-	(594)	-
	222.682	64.293	(67.779)	219.196
Total 30.06.2020	501.124	144.661	(151.759)	494.026
Total 31.12.2019	477.592	196.052	(172.520)	501.124

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis em até dez anos para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

A expectativa de realização dos créditos tributários em 30 de junho de 2020 é:

<u>Projeção</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>de 2025</u> <u>até 2029</u>	<u>Total</u>
Créditos tributários	162.757	14.638	31.103	172.555	28.768	84.205	494.026

O valor presente dos créditos tributários, em 30 de junho de 2020, é estimado em R\$405.635 (R\$387.173 em 12.2019), utilizando-se a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

Com base na Resolução CMN nº 4.720 e Circular BACEN nº 3.959, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. O saldo comparativo de 31 de dezembro de 2019 foi reclassificado para manter a comparabilidade.



8. INVESTIMENTO EM CONTROLADA NO PAÍS

	BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	
	30.06.2020	31.12.2019
Informações relevantes sobre o investimento		
Patrimônio Líquido	17.821	25.015
Resultado do período	2.595	9.789
Participação no capital	74,38%	74,38%
Resultado da participação em controlada	1.930	7.281
Valor contábil do investimento	13.255	18.606

9. DEPÓSITOS

Apresentamos abaixo a captação em depósitos por vencimento existente em 30 de junho de 2020:

Títulos	Em quantidade de dias					Total 30.06.2020	Total 31.12.2019
	Sem vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360		
Depósito à vista	559.029	-	-	-	-	559.029	432.897
Depósito interfinanceiro	-	59.302	-	19.526	-	78.828	3.149.117
Depósito a prazo	-	453.096	838.640	2.185.400	1.780.722	5.257.858	4.021.502
Depósito em moeda estrangeira	313.480	-	-	-	-	313.480	210.463
Total	872.509	512.398	838.640	2.204.926	1.780.722	6.209.195	7.813.979

10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Apresentamos abaixo a composição de empréstimos e repasses em 30 de junho de 2020:

Descrição	30.06.2020			Total 31.12.2019
	Vencíveis até	Encargos	Total	
Obrigações em Moedas estrangeiras	31.12.2022	0,19% a 6,10% a.a.	6.375.282	4.565.042
Operações de Repasses do País - FINAME	16.08.2021	5,70% a 8,00% a.a.	2.677	3.143
Operações de Repasses do País - FUNCAFÉ	14.03.2022	3,99% a 4,00% a.a.	70.136	132.214
Repasses no Exterior	23.10.2024	0,58% a 6,80% a.a.	5.720.319	2.371.099
Total			12.168.414	7.071.498
Curto prazo			11.092.431	5.922.585
Longo prazo			1.075.983	1.148.913

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES

11.1 Composição Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias

Descrição	30.06.2020	31.12.2019
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	141.970	21.965
Impostos e contribuições a recolher	43.617	16.743
Provisão para impostos e contribuições diferidos (*)	238.006	250.531
Total	423.593	289.239
Curto prazo	423.593	289.239

(*) Provisão para impostos e contribuições diferidos está relacionada com o ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$238.006 (R\$250.531 em 12.2019), tendo como contrapartida R\$17.714 no patrimônio líquido (R\$7.327 em 12.2019) e no resultado R\$30.239 (R\$75.181 em 12.2019).

11.2 Composição Outras Obrigações - Dívida Subordinada

Descrição	30.06.2020	31.12.2019
Dívida subordinada - Resolução CMN 3.444/07	-	25.386
Dívida subordinada - Resolução CMN 4.192/13	1.493.312	1.078.386
Total	1.493.312	1.103.772
Curto prazo	37.212	62.574
Longo prazo	1.456.100	1.041.198

A dívida subordinada pela Resolução CMN nº 4.192/13 está representada por recurso captado via contrato de empréstimo no valor de US\$175 milhões e US\$70 milhões equivalentes a R\$1.033.739 e R\$459.573 (R\$746.017 e R\$332.369 em 12.2019), já acrescido dos juros incorridos até 30 de junho de 2020 com juros de 5,27% a.a e 6,89% a.a., vencíveis até janeiro de 2023 e 2026, respectivamente.

Em dezembro de 2019 a dívida subordinada pela Resolução CMN nº 3.444/07 estava representada pela emissão de letras financeiras no valor de R\$25.386 com vencimento em fevereiro de 2020.



11.3 Composição Outras Obrigações - Diversas

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Valores a pagar à sociedade ligada	2.399	3.188
Provisão de despesas de pessoal	137.408	145.282
Provisão para despesas administrativas	71.285	52.482
Outras	15.059	15.447
Total	226.151	216.399
Curto prazo	203.135	202.972
Longo prazo	23.016	13.427

11.3.1 Movimentação dos passivos contingentes

<u>Descrição</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial em 31.12.2019	531.104	13.441	72.452	616.997
Constituição	-	-	6.239	6.239
Reversão/pagamento	(17.122)	-	(2.368)	(19.490)
Atualização monetária	9.654	209	451	10.314
Saldo em 30.06.2020	523.636	13.650	76.774	614.060

Em 30 de junho de 2020 a provisão para riscos fiscais é composta da provisão para pagamento da COFINS e do PIS, no valor de R\$377.771 (R\$373.979 em 12.2019) e R\$38.140 (R\$37.751 em 12.2019), respectivamente, em que o Banco discute judicialmente a ampliação da base de cálculo estabelecida pelo Parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, respectivamente e de provisão de R\$107.725 (R\$103.259 em 12.2019) referente ao ISS sobre operações de fianças, avais, câmbio e crédito.

Os passivos contingentes classificados como perda possível e remota não são reconhecidas contabilmente. Em 30 de junho de 2020, os riscos considerados como de perda possível se referem a trabalhistas R\$9.858 e fiscais de R\$210.734 (trabalhistas de R\$11.087 e fiscais de R\$209.157 em 12.2019). Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não existiam contingências de perdas possíveis de natureza cível.

Baseada nas opiniões de nossos consultores jurídicos, a Administração mantém registradas provisões para passivos contingentes em montante considerado suficiente para fazer face aos riscos decorrentes dos desfechos destes processos.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1 Capital social

O capital social é representado por 236.432 ações ordinárias sem valor nominal, totalmente integralizadas.

12.2 Destinação de resultados

Conforme definido no Estatuto Social do Banco, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 5% sobre o lucro líquido ajustado conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

O resultado apurado no semestre findo em 30 de junho de 2020 no valor de R\$177.486 (R\$118.801 em 06.2019) em Lucros Acumulados teve a seguinte destinação: R\$8.874 a título de Reserva Legal (R\$5.940 em 06.2019) e R\$168.612 (R\$112.861 em 06.2019) em Lucros Acumulados cuja a destinação ocorrerá ao final do exercício.

12.3 Aumento de capital

Em março de 2019, conforme AGE - Ata da Assembléia Geral Extraordinária os acionistas do Banco BNP Paribas Brasil S.A., aprovaram o aumento do capital da Sociedade em moeda corrente nacional, no valor de R\$516.540 passando de R\$1.238.066 para R\$1.754.606, com a emissão de 69.603 novas ações ordinárias passando de 166.829 para 236.432, cuja aprovação do Banco Central do Brasil - BACEN ocorreu em 24 de abril de 2019.

13. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do lucro por ação em 30 de junho de 2020 e 2019 foi baseado nos lucros dos respectivos períodos e com base na média ponderada das ações ordinárias - básica e diluída. O montante do lucro por ação foi determinado como se todo o resultado do período fosse distribuído e calculado de acordo com o CPC 41 - Resultado por Ação. O lucro por ação em 30 de junho de 2020 foi de R\$750,69 (R\$589,20 em 2019).



14. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas são compostas basicamente:

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
Despesa de serviço do sistema financeiro	25.874	27.418
Despesa de processamento de dados	19.518	20.301
Despesa de serviço de terceiro	32.969	11.475
Despesa de aluguéis	6.823	6.255
Despesa de serviço técnico especializado	1.257	4.756
Outras	18.169	24.855
Total	104.610	95.060

15. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

As despesas tributárias são compostas basicamente:

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
Despesa de contribuição à COFINS	29.939	19.275
Despesa de contribuição ao ISS	6.955	6.089
Despesa de contribuição ao PIS	4.865	3.132
Outras	1.245	3.309
Total	43.004	31.805

16. RESULTADO DE OUTRAS PROVISÕES

O resultado de outras provisões são compostas basicamente:

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
Reversão/constituição de provisões de fianças prestadas	50.576	(5.380)
Reversão da provisão de contingências	(3.005)	(7.849)
Total	47.571	(13.229)

17. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As outras receitas operacionais são compostas basicamente:

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
Recuperação de encargos e despesas	2.564	15.346
Variação cambial	682	138
Variação monetária de depósitos judiciais/impostos a compensar	6.192	10.947
Outras	1.665	2.163
Total	11.103	28.594

As outras despesas operacionais são compostas basicamente:

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
Constituição e atualização em impostos e depósitos judiciais	8.647	12.108
Variação cambial	462	228
Outras	3.716	2.285
Total	12.825	14.621

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações	354.387	230.378
(-) Participação dos empregados no lucro	(59.194)	(37.215)
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e juros sobre capital	295.193	193.163
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(132.837)	(77.265)
Exclusões (adições) permanentes		
Resultado de equivalência patrimonial	868	1.711
Notas soberanas	2.523	10.431
Receitas não tributáveis/Despesas indedutíveis, doações e incentivos (*)	11.739	(9.239)
Total	(117.707)	(74.362)

(*) inclui o efeito de majoração da alíquota de contribuição social conforme nota 3n.



19. OUTRAS INFORMAÇÕES

19.1 Compromissos, garantias e outras responsabilidades

O Banco, observando suas diretrizes de gerenciamento de riscos e considerando a conjuntura econômica atual e os riscos específicos de tais operações, constituiu provisão para perdas no montante conforme quadro abaixo e estão registradas em Provisão para garantias financeiras prestadas.

Garantia Prestada

"Rating"	Fiança	"Performance	Fiança de	"Advance	Adiantamento	Pagamento	"Bid bond"	Total
	Bancária	bond"	processos	payment	de contrato	de aluguel		
AA	2.264.570	2.709.609	2.380.597	87.861	227.538	97.642	13.050	7.780.867
A	670.070	51.967	22.580	-	45.726	1.576	-	791.919
B	603.018	64.499	75.443	-	19.093	12.505	3.485	778.043
C	29.361	1.159	12.012	-	-	619	-	43.151
F	-	-	302	-	-	-	-	302
H	26.533	-	-	-	-	-	-	26.533
Total 30.06.2020	3.593.552	2.827.234	2.490.934	87.861	292.357	112.342	16.535	9.420.815
PDD	51.011	8.388	8.467	215	1.279	541	101	70.002
Total 31.12.2019	3.636.546	3.402.907	2.421.103	59.511	221.345	119.153	95.185	9.955.750
PDD	80.801	21.170	16.135	146	965	692	669	120.578

19.2 Administração de recursos de terceiros

O Banco administra recursos de terceiros por meio de fundos de investimento e de carteiras administradas. O montante de recursos administrados totaliza R\$105.837.145 (R\$92.718.771 em 12.2019).

19.3 Operações vinculadas

Em 30 de junho de 2020 as operações de crédito amparadas pela Resolução nº 2.921/02 e normas posteriores estavam representadas:

Descrição	30.06.2020			Receita (Despesa)		31.12.2019
	Ativo	Passivo	I.R.	Varição cambial	Juros	
Operação de crédito - Empréstimo	4.222.203	-	51.256	439.635	138.192	1.427.603
Empréstimos no exterior	-	4.403.703	51.256	(621.135)	(136.552)	(1.432.365)

19.4 Transações com partes relacionadas

19.4.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Banco é administrado por uma Diretoria formada por um Diretor-Presidente e Diretores. A remuneração atribuída à Diretoria no semestre representa benefícios de curto prazo de R\$13.612 (R\$10.463 em 06.2019) e benefícios de longo prazo de R\$1.494 (R\$3.548 em 06.2019). Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou remuneração em ações.

19.4.2 Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento a deliberação nº 642/2010 da Comissão de Valores Mobiliário - CVM e Resolução nº 3.750/2009 do Conselho Monetário Nacional - CMN. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado.

As transações com partes relacionadas nas empresas do Grupo BNP Paribas estão demonstradas, conforme quadro abaixo:

Descrição	30.06.2020		31.12.2019		30.06.2019	
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Aplicação/Captação em Depósitos interfinanceiros	3.997.691	329.760	7.952.636	389.780		
Grupo Cetelem	3.997.691	329.760	7.952.636	389.780		
Aplicações em moedas estrangeiras	-	108.584	112.263	(10.415)		
BNP Paribas - Paris	-	108.863	112.172	(10.939)		
Grupo BNP Paribas	-	(279)	91	524		
Aplicações/Obrigações em operações compromissadas	(2.898.528)	(50.111)	(2.355.078)	(88.559)		
Grupo BNP Paribas	(2.843.554)	(45.998)	(2.280.689)	(86.982)		
Grupo Cetelem	(54.974)	(4.113)	(74.389)	(1.577)		



Descrição		30.06.2020		31.12.2019	30.06.2019
		Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Carteira de câmbio		519.984	855.413	(65.928)	(52.806)
BNP Paribas - Paris	Controladora	481.794	819.620	(59.591)	(51.145)
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	-	(40)	4	32
Grupo Arval	Parte Relacionada	3	(13)	(11.345)	(42)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	38.186	36.082	5.003	(2.736)
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	-	(95)	-	1.081
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	1	(141)	1	4
Cotas de fundos de investimentos		2.549.488	19.504	1.980.571	(5.316)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	2.549.488	19.504	1.980.571	(5.316)
Depósitos a prazo		(111.274)	(889)	(28.525)	(2.199)
Grupo Arval	Parte Relacionada	(110.414)	(874)	(27.669)	(2.174)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(860)	(15)	(856)	(25)
Depósitos a vista		(77.908)	-	(48.893)	-
BNP Paribas - Paris	Controladora	(6)	-	(3)	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	(96)	-	(63)	-
Grupo Arval	Parte Relacionada	(1.156)	-	(689)	-
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(76.605)	-	(48.071)	-
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	(45)	-	(67)	-
Derivativos a Receber/(a Pagar)		59.856	829.801	92.232	141.632
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	59.856	829.801	92.232	141.632
Devedores/Credores diversos		52.799	40.075	19.455	3.230
BNP Paribas - Paris	Controladora	17.085	(124)	16.688	-
Grupo Arval	Parte Relacionada	451	441	798	96
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	2.059	5.264	1.898	2.951
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	-	920	71	183
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	33.204	33.574	-	-
Disponibilidade em moeda estrangeira		168.732	(710.186)	93.972	100.573
BNP Paribas - Paris	Controladora	59.998	(34.039)	51.346	5.064
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	108.734	(676.147)	42.626	95.509
Dividendos a Pagar		(8.544)	-	-	-
BNP Paribas - Paris	Controladora	(8.544)	-	-	-
Investimento em controlada no País		13.255	-	18.606	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	13.255	-	18.606	-
Obrigações por empréstimos e repasses		(12.081.163)	(2.283.537)	(6.936.140)	114.317
BNP Paribas - Paris	Controladora	(7.153.756)	(1.417.849)	(5.293.345)	150.245
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(4.927.407)	(865.688)	(1.642.795)	(35.928)
Operações de Crédito		42.781	781	-	-
Grupo Arval	Parte Relacionada	42.781	781	-	-
Ordem de pagamento moeda estrangeira		(493)	(91)	(1.357)	114
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	(1)	2	(841)	-
Grupo Arval	Parte Relacionada	(327)	(80)	(219)	113
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	(1)	-	-	-
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	(164)	(13)	(297)	1
Outras obrigações - Dívida Subordinada		(1.493.312)	(453.298)	(1.078.386)	(29.036)
BNP Paribas - Paris	Controladora	(459.573)	(146.772)	(332.368)	(13.316)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(1.033.739)	(306.526)	(746.018)	(15.720)
Outras obrigações - Valores a pagar sociedade ligadas		(2.399)	-	(3.188)	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	(2.399)	-	(3.188)	-
Resultado de Corretagem		-	72.517	-	4.039
BNP Paribas - Paris	Controladora	-	-	-	2.904
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	-	72.517	-	1.135



20. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Banco na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial BNP Paribas, observa os princípios estabelecidos na Resolução nº 4.557, publicada pelo Banco Central do Brasil em 23 de fevereiro de 2017, que aprimora, amplia e consolida as regras e procedimentos para Gestão de Riscos e de Capital.

20.1 Risco de Crédito

Risco de Crédito é definido como: a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização em instrumento financeiro decorrente da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; a reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. No Banco BNP Paribas, o risco de crédito é monitorado por duas áreas globais de gerenciamento de risco de crédito: RISK Corporate para clientes corporativos, e RISK Institutionals & Security Services ("RISK I2S") para clientes institucionais. Essas áreas atuam de acordo com as políticas e procedimentos globais de crédito do Grupo BNP Paribas. O relatório completo sobre a gestão do risco de crédito está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

20.2 Risco Operacional

Risco Operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, bem como eventos externos. O BNPP optou por utilizar a metodologia de abordagem básica (BIA - Basic Indicator Approach) para alocação de capital regulatório para fins de riscos operacionais. A área responsável pelo monitoramento do risco operacional globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ORC (Operational Risk Control), que é responsável por avaliar a interpretação e a implantação de normas do Grupo e normativos locais, bem como pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de mercado monitorados no Comitê de Riscos. O relatório completo sobre a gestão do risco operacional está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

20.3 Risco de Mercado

O Risco de Mercado pode ser definido como a variação no valor dos ativos financeiros que possam gerar perdas para a instituição decorrentes da variação de parâmetros de mercado tais como cotações de câmbio, ações, commodities, taxas de juros e indexadores como os de inflação por exemplo. A área responsável pelo monitoramento do risco de mercado globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK Global Markets (RISK GM) que é responsável por opinar na interpretação e na implantação de exigências oriundas de regulações e normativos locais relacionados a risco de mercado e pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de mercado monitorados no Comitê de Riscos. Essa organização reforça a independência da área de monitoramento de risco em relação às linhas de negócio. O relatório completo sobre a gestão do risco de mercado está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

20.4 Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento da liquidez é feito pelo Comitê de Ativos e Obrigações (Assets and Liabilities Committee), denominado ALCO. A área responsável pelo monitoramento do risco de liquidez globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ALMT que é a área responsável por opinar na interpretação e na implantação de exigências oriundas de regulações e normativos locais relacionados a risco de liquidez e pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de liquidez monitorados no Comitê de Riscos. O relatório completo sobre a gestão do risco de liquidez está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

20.5 Política de Teste de Estresse

Os valores contábeis dos ativos e passivos são objeto de constante avaliação da gerência do Conglomerado Prudencial. O Conglomerado possui uma Política onde estabelece os princípios metodológicos e governança para o gerenciamento do Programa de Testes de Estresse. Esse programa é uma ferramenta importante da gestão dos riscos e na mensuração de potenciais vulnerabilidades do Conglomerado. Tem como principal objetivo mensurar o impacto potencial dos Riscos Relevantes no capital e na liquidez do Conglomerado e, a partir dos resultados auferidos, contribuir para: (i) a gestão de capital e liquidez do Conglomerado; e, (ii) a gestão integrada de riscos, em particular como referência para os exercícios de Risk ID (avaliação da materialidade) e de revisão da RAS (calibração de limites de métricas).

A metodologia utilizada no Programa de Testes de Estresse é uma combinação entre análise de sensibilidade e análise de cenários, dependendo do tipo de evento de stress considerado. Riscos financeiros em geral são tratados na análise de cenários. Eventos idiossincráticos como risco operacional por exemplo, são tratados por análise de sensibilidade.

A análise de cenários dos riscos financeiros parte dos impactos que cada risco pode causar decorrente de variações em um parâmetro relevante específico no capital da instituição, em sua liquidez ou no valor de um portfólio. Em uma etapa seguinte, são definidos cenários macroeconômicos e de volatilidade no mercado de capitais que permitem correlacionar os impactos dos diferentes riscos.

A definição dos cenários utiliza premissas e parâmetros adversos adequadamente severos propostos pela equipe Econômica e pelos responsáveis da área de Riscos, a fim de abranger todos os riscos relevantes. Junto às demais conclusões do Comitê de Riscos, os resultados do Programa de Teste de Estresse são apresentados à Diretoria para validação, bem como apresentados no Comitê de Monitoramento de Capital. O último resultado de Teste de Estresse efetuado e apresentado obteve um resultado de 46% sobre o Resultado Operacional Bruto, cujo limite de RAS é 60%.

20.6 Outros Riscos Relevantes

Também são considerados Riscos Relevantes: risco de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (banking book), definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição para os instrumentos classificados na carteira bancária; risco socioambiental, definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais; e risco de compliance. Os riscos considerados como relevantes são identificados, mensurados, avaliados, monitorados, reportados, controlados e mitigados. O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).



21. GESTÃO DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de capital abrange as instituições do Conglomerado Prudencial do BNP Paribas Brasil e é efetuada através do Comitê de Monitoramento de Capital.

Comitê de Monitoramento de Capital

A principal função do Comitê de Monitoramento do Capital é auxiliar as Diretorias Estatutárias no cumprimento de suas responsabilidades de gerenciamento de capital de cada Entidade e do Conglomerado. O CMC é coordenado pela área de Finance do Banco BNP Paribas, entidade líder do Conglomerado.

As atribuições do Comitê de Capital abrangem os itens a seguir:

- Monitorar e controlar o capital mantido pelo Conglomerado.
- Avaliar a necessidade de capital face aos riscos incorridos pelo Conglomerado.
- Recomendar anualmente às Diretorias:
 - Plano de capital de acordo com os objetivos estratégicos do Conglomerado.
 - Plano de contingência de capital.
- Incorporar resultados do programa de teste de estresse nos planos de capital.
- Propor recomendações sobre a Política de Gestão Integrada de Riscos e Capital ao Comitê de Riscos.
- Validar anualmente a destinação de resultados a ser proposta ao *Group Finance - Gestion Financière* (matriz).

CAPITAL REGULATÓRIO - LIMITES DE BASILEIA

Segue demonstração do Capital Regulatório para atendimento do limite de Basileia.

	30.06.2020
Patrimônio de Referência - PR (*)	
Nível I	4.547.407
Capital Principal	4.547.407
Nível II	850.500
Total PR	5.397.907
Exigibilidades para cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco	
De Crédito	27.796.841
De Mercado	3.705.948
Operacional	4.593.870
Ativos ponderados pelo risco	36.096.659
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	2.887.733
Margem em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	2.510.175
Índice da Basileia (PR/RWA)	15,0%
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	12,6%
Índice da Nível I (NI/RWA)	12,6%

(*) Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial.

O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

22. OUTROS ASSUNTOS

22.1 Efeitos da Pandemia Covid-19

O primeiro semestre de 2020 foi marcado pela pandemia de Covid-19 e seus severos desdobramentos sanitários, sociais e econômicos. Apesar das dificuldades impostas por um cenário tão conturbado e de difícil previsão, o BNP Paribas foi capaz de manter todos os serviços à disposição dos seus clientes, mesmo com uma demanda que se mostrou até acima da média em alguns momentos. A área de Risco do BNP Paribas revisou exaustivamente a carteira de crédito e não foram identificados riscos adicionais relevantes causados pela pandemia, portanto, o aumento nas provisões sobre a carteira de crédito não decorre diretamente de impactos do Covid-19. Esse monitoramento exaustivo continuará, dado que os efeitos da crise na economia ainda não são totalmente conhecidos. As despesas adicionais relacionadas à pandemia não impactaram significativamente os resultados do semestre graças à gestão eficiente dos custos da operação. Esse também é o cenário esperado para o segundo semestre.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos após a data de balanço que poderiam requerer divulgação ou resultar em ajustes materiais às demonstrações financeiras.

CONTADOR

Marcelo Marques Sellan - CRC 1SP213451/O-8

Página 32



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

São Paulo

Av. Pres. Juscelino Kubitscheck, 1909, 10º andar
Torre Sul - São Paulo - SP - CEP 04543-906
+55 11 3841 3100
+55 11 2360 3100

Rio de Janeiro

Av. Borges de Medeiros, 633 - Sala 405 - 4º andar
Rio de Janeiro - RJ - CEP 22430-041
+55 21 3094 8200
+55 21 3094 8231

Minas Gerais

Rua Antonio de Albuquerque, 271 - 15º andar
Belo Horizonte - MG - CEP 30112-010
+55 31 3254 1250
+55 31 3254 1260

Paraná

Rua Carneiro Lobo, 468 - 2º andar
Curitiba - PR - CEP 80240-240
+55 41 3099 7250
+55 41 3099 7260

**BNP PARIBAS**

O banco
para um mundo
em mudança